

ATA Nº 21

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de **dois mil e vinte e um**, pelas 09: 15 minutos, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: __

I – Período de “Intervenção do Público”	
I – Período de “Antes da Ordem do Dia”	
II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:	
1.º	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal
2.º	Descentralização no âmbito da Ação Social – Não aceitação de transferências para o ano 2021
3.º	Proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano 2021
4.º	Proposta de nomeação do júri para os procedimentos concursais de cargos de direção de 3.º grau

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Isabel Granjo Vaz e Vítor Manuel Costa de Oliveira foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros, Fernando Vidal Lourenço e Ana Cláudia Gomes Moreira. _____

Verificadas as **substituições e faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros:

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Elisabete Frade Lopes Viana, Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Avelino António Oliveira

Marinho; Fernando Vidal Lourenço; Ana Cláudia Gomes Moreira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim; José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Rui Miguel Araújo Ferreira; Manuel António Soares de Brito; Francisco José Rodrigues Romeu; António Joaquim Dias; João Batista Alpoim; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e os **Vereadores**, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues; José Manuel Temporão Monte; Mário Rui Pinto de Oliveira; Liliana Mateus Fernandes Cerqueira; Anabela de Jesus Sousa Rodrigues e Lígia Augusta Lopes Pereira.

Depois de estarem todos devidamente acomodados o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a sessão da Assembleia Municipal cumpre todas as regras emanadas pela DGS, pelo que alertou para o uso obrigatório da máscara durante toda a sessão, desinfeção das mãos, um único sentido de circulação no interior do auditório, assentos designados sem possibilidade de qualquer troca, etc. _____

Assumiram funções para 1º e 2º secretário, os Membros Srs. Paulo Esteves e Elisabete Viana, respetivamente. _____

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se verificou intervenção do público.

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 23 de fevereiro e 28 de abril de 2021, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

serem gastar os 10 minutos num único ponto gastam, sabendo que, a partir daí, deixam de ter tempo para utilizar. _____

Findo o esclarecimento o **Presidente da Mesa**, em nome da Comissão Permanente, apresentou dois votos de pesar, um pelo falecimento de D. Mimosa Conceição Souto Montenegro falecida a 9 de abril, mãe do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Verdoejo e membro desta Assembleia e também por José Silva Pereira, mais conhecido por Sr. José Cerezino, falecido a 2 de abril, Fiscal Municipal da Câmara Municipal durante muitos anos. Propôs, que se cumprisse um minuto de silêncio por ambos. _____

Seguidamente foi aberto um período para apresentação de propostas e moções. O **Presidente da Mesa** informou que deram entrada na Mesa, duas moções, uma da CDU, outra do Partido Socialista e duas propostas, uma da CDU e outra da Mesa.

O **Presidente da Mesa** solicitou que o Grupo Municipal da CDU fizesse a sua apresentação seguindo-se a representante do Grupo Municipal do Partido Socialista. _____

Assim, passou a apresentar-se as moções/propostas. _____

Iniciou a apresentação o membro **Cláudia Labrujó** que após as saudações protocolares procedeu à apresentação da Proposta **“Pela Aproximação da População à Política Local”**

“Considerando que:

1. Estando o mundo a atravessar uma pandemia em que os direitos não estão suspensos, mas a mobilidade para a eles se chegar estão restritos;
2. Sendo o dever dos órgãos políticos primar pela transparência e total disponibilidade para que a população tenha toda ela acesso e conhecimento das discussões, deliberações e trabalhos por eles tratados;
3. À semelhança do que tem vindo a ocorrer em todos os concelhos do Alto Minho;

Pelo exposto, a CDU vem propor que a Assembleia Municipal de Valença na sua Reunião Ordinária a realizar no dia 29 de abril de 2021 delibere:

Autorizar a transmissão em direto do decorrer dos trabalhos e doravante das futuras Assembleias Municipais, seja pelos meios áudio e imagem ou somente áudio com a colaboração dos meios de comunicação social que tenham suporte técnico para tal efeito.”

Passou a apresentar a Moção **“Por Ocasão do Aniversário da Revolução de Abril”**

“A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses e consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O poder local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um poder local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais em dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências.

Comemorar Abril, relevando o poder local representa, enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história coletiva, exige que lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação do regime de regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado de funções que lhe competem e da transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações.

As comemorações da Revolução de Abril, num ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais atual quanto desenham e assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos.

Comemorar Abril é também, nas atuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e de proteção, apontar o sentido de vivência coletiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.” _____

Seguidamente passou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a apresentar a sua Moção.

Cláudia Moreira: Após as saudações protocolares apresentou a moção intitulada **“25 de Abril e 1.º de Maio, Sempre”**

“Há 47 anos, Portugal e os portugueses deram os primeiros passos no caminho da construção de uma sociedade livre, uma liberdade pela qual desde então vem travando grandes batalhas, não só pela sua preservação, mas principalmente para que cada vez se torne mais ampla.

À audácia e bravura de muitos que naquele já longínquo 25 de abril de 1974, se insurgiram em busca de uma sociedade verdadeiramente livre e igual devemos o facto de hoje viver num Estado de Direito Democrático. A eles e a tantos outros que desde então vêm trabalhando para que a democracia e os seus órgãos sejam cada vez mais robustos e resistam diante de qualquer adversidade sobretudo daquelas que nascem no seu próprio seio.

Neste abril de 2021, ao igual que no de 2020, os portugueses combatem uma nova batalha dessa guerra pela liberdade, todavia, desta feita uma batalha com contornos absolutamente distintos, desde logo porque além de enfrentarem um inimigo invisível, 10.000.000 de portugueses estão lado a lado nessa briga, mas também porque a liberdade pela qual se luta agora é tão-somente a de voltar a usufruir de cada um dos direitos que a democracia já nos brindou e este novo inimigo tão abruptamente nos vem roubando.

Há 47 anos, foi preciso que, pelo bem de muitos, uns poucos se armassem de valor e saíssem à rua para enfrentar um regime opressor. Hoje, em abril de 2021, é o nosso momento de honrar esses valentes. Agora, pelo bem de todos, é preciso que também todos zelemos pela saúde pública contribuindo para enrobustecer ainda mais a democracia portuguesa porque Portugal, a democracia, somos todos nós e, por isso, é obrigação de todos empenhar-se na sua prosperidade. Há 47 anos, Zeca Afonso cantava uma “Terra da fraternidade” onde “Em cada esquina, um amigo/ em cada rosto, igualdade”. Zeca Afonso cantava Portugal e os portugueses. Façamos-lhe jus. Celebremos abril, dia após dia, construindo a nossa “terra da fraternidade” onde todos sejamos um só.

E não há fraternidade em terra na qual não se salvaguardem os direitos dos trabalhadores. Não é possível lembrar o Dia da Liberdade sem assinalar, igualmente, o Dia do Trabalhador. Sobre tudo neste ano de 2021, em que os trabalhadores atravessam um momento especialmente delicado. A pandemia originada pela propagação do vírus SARS-CoV-2 teve um impacto brutal na econo-

mia mundial e, inevitavelmente, na vida laboral de cada um de nós. Desde logo, fez do teletrabalho, até aqui uma exceção, um novo normal, as empresas foram forçadas a acelerar a sua transição digital e os colaboradores a desenvolver em tempo recorde as aptidões necessárias a esta nova era digital. A linha que separava a vida pessoal e a vida profissional tornou-se praticamente invisível com o trabalho a invadir o espaço familiar, revelando-se urgente assegurar o respeito pelos direitos dos trabalhadores e reforçá-los. Não houve, por isso, melhor forma de celebrar Abril e o Dia do Trabalhador, que dar resposta à necessidade de reforçar a segurança dos nossos trabalhadores através da apresentação do projeto de regulamentação do teletrabalho com reforço de garantias, valorização da negociação coletiva e consagração do direito a desligar. Não podemos jamais esquecer que a base do sucesso de qualquer atividade são os seus trabalhadores e, por conseguinte, a salvaguarda dos seus direitos.

Viva o 25 de Abril,

Viva o 1.º de Maio,

Viva Portugal!”

De seguida foi a vez do **Presidente da Assembleia Municipal** passa a ler a proposta da mesa:

“A Assembleia Municipal de Valença aprovou a integração do Município de Valença na empresa Águas do Alto Minho.

Ora, como se tem verificado, esta adesão tem causado dúvidas e contestação por parte de alguns valencianos.

Certos dos esforços que os Municípios têm feito no sentido de debelar a maioria dos problemas entretanto surgidos, julga-se oportuno que no seio desta Assembleia Municipal se constitua uma Comissão de Acompanhamento do processo da Águas do Alto Minho.

A sua composição deverá ser proporcional e representativa dos Grupos Municipais existentes nesta Assembleia Municipal.

Assim, propõem-se:

1. A criação da Comissão de Acompanhamento do processo da Águas do Alto Minho (CAPA-DAM);
2. Que a mesma seja constituída por: Presidente da Assembleia Municipal, 3 (três) membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, 2 (dois) membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, 2 (dois) membros do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia e 1 (um) membro do Grupo Municipal da CDU;
3. Que após a indicação dos Grupos Municipais dos seus representantes, o Presidente da Assembleia Municipal lhes dê posse e, depois de elaborado o regulamento interno, dêem início aos seus trabalhos;

4. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Valença, o Presidente da Comissão ou o seu substituto, informe os restantes membros da Assembleia Municipal como está a decorrer esta atividade.” _____

Após a apresentação dos documentos foi feita uma interrupção nos trabalhos, de dez minutos, para análise das mesmas e posterior discussão. A sessão foi retomada às 10h30 e inscreveram-se para intervir os membros José António Nogueira, Óscar Silva, Cláudia Labrujó e Inês Ferreira. _

José Nogueira: Após as saudações protocolares disse relativamente à moção do Grupo Municipal do Partido Socialista “25 de Abril e 1.º de Maio, Sempre” que votará favoravelmente tal como a moção “Por Ocasão do Aniversário da Revolução de Abril” e a proposta “Pela Aproximação da População à Política Local” ambas da CDU. Relativamente à proposta apresentada pela mesa para a criação da Comissão de Processo de Águas do Alto Minho, votará contra pelos seguintes motivos e razões: em primeiro lugar, a adesão não tem causado dúvidas, tem causado perplexidade e tem causado contestação. Criar uma comissão, como esta, nesta altura, quando provavelmente só haverá mais uma reunião e onde ainda se propõe a criação de um Regulamento que necessariamente teria que vir a esta Assembleia. Depois há um movimento de cidadania que propugna uma ação popular. Se se falasse na reversão, se se falasse que o contrato não está a ser cumprido e aproveitássemos para sair, votaria favoravelmente, assim votará contra. _____

Óscar Silva: Após as saudações protocolares disse que votará favoravelmente as moções e propostas apresentadas pela CDU e pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, de resto o Partido Socialista já tinha apresentado, oportunamente, uma proposta similar para a transmissão das sessões da Assembleia Municipal via *online*. Relativamente à proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, também votarão favoravelmente. No entanto, deixou várias notas: a constituição de uma Comissão de Acompanhamento, seria tão mais oportuna se tivesse sido feita no momento em que todos precisavam de perceber o que é que iria ser a AdAM, em que é que iria repercutir a sua constituição e, portanto, a comissão devia ter sido constituída de forma preventiva para evitar que sucedesse tudo aquilo que tem vindo a suceder. A sua constituição nesta altura é, de certa forma, algo reativo quando se poderia ter feito algo de forma preventiva. Disse, ainda, querer deixar claro que votarão favoravelmente a criação desta comissão, mas não sob pretexto de se estar a tentar branquear aquilo que tem sido um funcionamento, absolutamente, escandaloso da empresa Águas do Alto Minho que se tem repercutido em centenas, milhares de erros de faturação, de leituras, enfim, um completo desastre de funcionamento de uma empresa que deveria ter outro respeito pelos utentes na utilização do serviço de água. Para dizer também que no seio deste órgão se discutam todas as possíveis vias para resolver a questão da gestão de

água, inclusive a questão da possível remunicipalização do serviço de água porque também é uma questão que tem que estar em cima da mesa porque se tem, sobretudo, que respeitar aquilo que é o interesse superior dos munícipes valencianos. _____

Cláudia Labrujó: Disse que quanto à moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, irá votar favoravelmente, relativamente à proposta apresentada pela Mesa desta Assembleia, vai-se abster, para não votar contra, porque isto é enganar as pessoas com mais uma “comissãozinha”, pois já na ata n.º 5 de 29 de junho de 2018, apresentou, nesta Assembleia Municipal uma moção cujo título era “Contrato de Parceria” em que explicava que todas estas situações poderiam ocorrer, era um contrato demasiado extenso e por muitos anos, para o caso de as coisas correrem mal não se poder reverter a situação ou ser muito difícil reverter a situação. Ao longo de todas estas Assembleias, desde 2018 até à presente data, tem apresentado moções atrás de moções, mas a intenção é sempre perpetuar este negócio desastroso e pediu na altura, em 2018, antes mesmo da assinatura deste contrato, a criação de uma Comissão de Acompanhamento na qual se propunha fosse constituída pelos Presidentes de Junta de Freguesia, Vereadores, deputados municipais, técnicos superiores dos setores das águas deste município, funcionários do setor das águas, representantes da hipotética associação comercial ou industrial de Valença, uma vez que as taxas são mais elevadas para estes setores, advogados desta autarquia e, se bem se lembra, esta Assembleia chumbou, por maioria, a proposta. E agora, passados quase 2 (dois) anos, continuamos a ver aqui situações desastrosas, faturas com 34 dias de faturação quando a lei diz que a faturação tem de ser mensal. Continuamos com os erros crassos neste tipo de parceria e por isso vai abster-se porque não será com certeza esta Comissão que vai resolver esta situação e, tal como já foi referido pelo Sr. Dr. Nogueira, não há, neste momento, tempo útil para a sua criação. _____

Inês Ferreira: Após as saudações protocolares disse que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata relativamente às moções da CDU e do PS, votarão a favor. Relativamente à proposta “Pela Aproximação da População à Política Local” votarão contra. Não lhes parece oportuno neste momento fazer isso. Relativamente à proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal disse que quando foi a criação do aterro sanitário, extremamente polémico e extremamente contestado, foi criada uma Comissão de Acompanhamento deste órgão autárquico que foi eficaz no sentido de trazer informação e, por outro lado, de esclarecer sobre a forma como se estava a processar ou a organizar esse aterro. Quanto ao que foi referido pelo membro Óscar Silva de se estar a ser reativo, não se está a ser reativo, mas sim a ter uma reação à forma como a administração desta empresa tem resolvido, ou não tem resolvido, as questões que são meramente informáticas, é a parte administrativa que está a falhar. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 29 (vinte e nove) membros desta Assembleia a moção apresentada pelo Partido Socialista “25 de Abril e 1.º de Maio, Sempre”, foi aprovada por unanimidade. _____

A Proposta da CDU “Pela Aproximação da População à Política Local”, ”, no mesmo universo de 29 (vinte e nove) membros obteve a seguinte votação: 20 (vinte) votos contra e 9 (nove) a favor. Rejeitada por 20 (vinte) votos. _____

A Moção apresentada pela CDU “Por Ocasão do Aniversário da Revolução de Abril”, no mesmo universo de 29 (vinte e nove) membros obteve a seguinte votação: 1 (uma) abstenção e 28 (vinte e oito) votos a favor. Aprovada por maioria. _____

A Proposta da Mesa “Criação da Comissão de Acompanhamento do processo da Águas do Alto Minho”, no mesmo universo de 29 (vinte e nove) membros obteve a seguinte votação: 1 (um) voto contra, 2 (duas) abstenções e 26 (vinte e seis) votos a favor. Aprovada por maioria. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às interpeleções ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Óscar Silva, Cláudia Moreira, Luís Amorim, Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Rui Ferreira, Carlos Pereira, Inês Ferreira, Jorge Moura, Paulo Esteves e José António Nogueira. _____

José Nogueira: Em 15 de março de 2021, dirigiu ao Presidente do Partido Socialista, Dr. Carlos César, a seguinte carta: *“Venho pelo presente dar-lhe a conhecer que tomei a firme decisão de, a partir da presente data, deixar de ser militante do Partido Socialista com inscrição na secção de Valença do Minho, com o número de militante X que melhor me identifica, Federação de Viana do Castelo, donde designadamente ao abrigo da lei atual de proteção de dados, solicito a retirada imediata do meu nome de qualquer base de dados e bem assim dos meus contactos por forma a não serem usados a nenhum título ou fim, nem mesmo para me enviarem mensagens, correios ou e-mails. É com particular desagrado que o faço, mas os motivos, fundamentos e razões que conduziram a esta decisão são, para além de pessoais, políticos. Na verdade, não basta ter o melhor e mais amplo catálogo de princípios e valores democráticos nos quais me continuo a rever e a perfilhar, quando na prática recente, eles têm vindo a ser postergados, desmerecidos e atropelados. Dois exemplos: como advogado, não concebo a inenarrável discriminação negativa efetuada à minha classe profissional conjuntamente com a dos solicitadores e dos agentes de execução face aos apoios disponibilizados aos demais trabalhadores liberais em*

sede de pacotes de apoio COVID e, como militante, agora ex, revoltam-me as imposições e o desrespeito pela vontade expressa e o querer da esmagadora maioria dos militantes socialistas valencianos, mais de 70%, em vista da designação do candidato à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas, denegando a António Dias o que foi concedido a António Costa, votação em urna. Destarte, o término do mandato em curso como Presidente da Comissão Federativa de Jurisdição do Partido Socialista de Viana do Castelo, cargo que vinha a exercer desde 2012 e o abandono da liderança do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Valença desde 2005, exceto o hiato temporal em que a ela presidi e do Grupo Intermunicipal Socialista na CIM Alto Minho, de que desde sempre fui líder ou vice-líder, era líder. Informo que continuarei a exercer os mandatos autárquicos para que fui eleito na Assembleia Municipal e na CIM Alto Minho ora como Independente. Sou, continuo a ser republicano, laico e socialista. Vincula-me ao cumprimento do mandato autárquico a minha consciência ético-jurídica e o bem servir Valença, os valencianos e as valencianas. Acredito que é possível através da política transformar a sociedade ainda que como Independente. Agradeço a colaboração que tive enquanto líder da Bancada do PS nesta Assembleia e deixo votos de felicidades pessoais e profissionais aos que comigo ao longo do tempo, e foi muito tempo, privaram, tornando-os extensivos aos demais autarcas com quem tive a honra e o privilégio, e com quem tenho a honra e o privilégio de continuar a trabalhar. Muito obrigado”. _____

Cláudia Labrujó: Começou a sua intervenção por solicitar ao senhor Presidente de Câmara, um esclarecimento sobre o cruzeiro de Chamosinhos e o porquê de o mesmo ter sido deitado abaixo e se era considerado património da igreja ou municipal, ou se não era de ninguém, por ter sido derrubado. A nova rotunda da Zona Industrial, parece-lhe que padece do mesmo mal que a rotunda dos Esquecidos e, passa a expressão a rotunda, “do Sr. Cândido dos Pneus”. A propósito da rotunda do Senhor dos Esquecidos, perguntou para quando está prevista a sua conclusão acrescentando que o último arranjo que fizeram quem vem do lado do “Cândido dos Pneus” em direção à capela, julga que a visibilidade dos condutores para o lado da Estrada do Faro, continua muito má e podem voltar a ocorrerem acidentes porque se alguém vier de cima, sentido Faro/Valença, e não se aperceber que está ali um carro, poderá haver novamente um embate porque recuaram, novamente, muito a rotunda. Pergunta para que fizeram as obras porque voltamos a ter os mesmos perigos.

Voltou a perguntar quando e o que pensam fazer no que concerne à intervenção do Jardim Municipal, nomeadamente quanto ao coreto porque a cada dia que passa está mais degradado. Verificou que em algumas ruas asfaltadas abrem as valas, provavelmente para fazer ligações, mas quando tapam fazem-no com paralelo. Perguntou qual a razão, sabendo que já há algum tempo

atrás aconteceu isso em frente ao antigo cinema, em que os camiões, ao passarem, acabavam por fazer saltar os paralelos, tornando-se, também um perigo para quem anda nos passeios. Perguntou, ainda, qual a percentagem, à atual data, de reclamações que têm sido feitas relativamente aos serviços da AdAM, quantas foram solucionadas e quantas ainda estão pendentes. Perguntou, ainda, porque é que as comissões ainda não vieram a esta Assembleia Municipal, sebe que algumas têm reunido, têm feito públicas as suas atividades e as suas reuniões, porém, outras há como, o caso da Comissão do Aterro Sanitário, que nunca mais reuniu e que inclusivamente no intervalo alguns membros dessa comissão questionavam, até, onde estava o cartão de membros dessas comissões, porque nem foram convocados para reunir nem nada se tem feito, segundo os membros. Por último perguntou qual a razão de ainda estarem montados os estaleiros no antigo Campo da Feira, se vai haver alguma intervenção naquele local ou se é uma questão de pequenos arranjos provisórios. _____

Luís Amorim: Sobre as obras na zona dos Esquecidos perguntou para quando se prevê a sua conclusão. Verificou que realmente alguma intervenção foi feita depois da sua última intervenção nesta Assembleia onde solicitou que fossem corrigidas algumas anomalias, no entanto, verifica que iniciaram a pavimentação dos passeios, mas existem zonas que têm que ser concluídas e isso causa algum perigo, em especial, para as pessoas mais idosas que por aí circulam, nomeadamente, quem frequenta a Capela do Senhor dos Esquecidos. Disse, ainda, que há já algum tempo vem questionando o senhor Presidente da Câmara para a falta de intervenção nos bairros sociais do Concelho, o abandono ou a desistência de alguma intervenção nas casas da ex-Guarda Fiscal. Por último, em relação ao PDM, perguntou se realmente se prevê que vá avançar ou não. _____

Cláudia Moreira: Dirigindo-se ao senhor Presidente de Câmara colocou a seguinte questão: em setembro de 2017, mais propriamente na última semana do mês, foi adquirido em Verdoejo um prédio urbano, no qual havia uma casa, já em algum estado de degradação e curiosamente aconteceu uma coisa que nunca tinha visto, que foi a colocação de uma grande faixa a dizer “Propriedade da Câmara Municipal de Valença”. A questão que coloca ao senhor Presidente de Câmara é o porquê daquela aquisição, qual foi o objetivo do Município ao adquirir o imóvel e se havia um objetivo subjacente a essa aquisição, porque é que ao longo destes 4 (quatro) anos, nada aconteceu naquele imóvel a não ser a sua degradação natural. _____

Óscar Silva: Começou a sua intervenção por dizer que o Partido Socialista não vai transformar a sessão da Assembleia Municipal numa Comissão Política Concelhia do partido pelo respeito que este órgão merece. No entanto, não pode deixar passar em claro a intervenção do Dr. José

António Nogueira, deixando, em nome do Partido Socialista, as seguintes notas: o Partido Socialista é um dos principais partidos da democracia portuguesa e rege-se por estatutos próprios que foram sistematicamente violados durante o ano 2020 pelos, então, líderes concelhios. Os projetos políticos do Partido Socialista baseiam-se na afirmação de decisões coletivas, que estão acima de qualquer individualidade ou afirmação pessoal, sendo que as decisões relativas a processos autárquicos, como muito bem sabe o Dr. José António Nogueira, carecem sempre de aprovação em sede da Comissão Política Concelhia que é o órgão, por excelência, para tomar este tipo de decisões. A maioria da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Valença entendeu que José Carpinteira era, é e será, o melhor candidato que o Partido Socialista pode apresentar para a afirmação de um projeto ambicioso que vá de encontro àquilo que são as legítimas aspirações dos valencianos e àquilo que Valença merece.

Seguidamente passou a ler um excerto da convocatória da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista: *“Está convocado para uma reunião extraordinária da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Valença para o dia 20/03/2021, pelas 21h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ponto 1- Aprovação da designação do camarada José Manuel Carpinteira enquanto candidato do Partido Socialista à presidência da Câmara Municipal de Valença.”* Nesta reunião, a 20 de março, o nome de José Manuel Carpinteira foi aprovado, por voto secreto, por unanimidade pelos membros da Comissão Política do Partido Socialista como candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Valença. Afirmou que esses 70% que de que tanto falam são os 70% de nada porque ninguém sabe o que é que é isso, dos 70%. Na Comissão Política Concelhia, o nome de José Manuel Carpinteira foi aprovado por 100% dos membros daquele órgão. Relativamente ao que se seguiu, às demissões, aos boatos que circularam, são reveladores de uma birra, de uma demonstração clara de uma vontade de afirmação de um projeto pessoal acima de um projeto coletivo. E tanto é, que os senhores apresentam-se como candidatos pelo Nós, Cidadãos! às eleições autárquicas no Concelho de Valença e, isso, é revelador das ambições de uns e outros. _____

José Nogueira: Ao orador anterior colocou as seguintes perguntas. Ponto n.º 1: foi ou não consensualizada uma reunião, onde todos os pontos da Ordem de Trabalhos tinham a ver com a discussão do que se tinha feito, tinha a ver com o projeto político, tinha a ver com a votação do nome de António Dias em urna, tinha a ver no caso de António Dias não ser votado haver votação por parte de toda a gente. Isso foi antes do dia 20. Esta reunião foi interrompida, não foi levada ao fim, não se percebe, julga, até, que nem haja ata, não percebe como é que alguém queria fazer uma reunião extraordinária sem antes fazer a outra. E depois, os 70% dos militantes que subscreveram o nome de António Dias, para além de terem sido presentes foram enviados por

mail, ao senhor Presidente da Federação de Viana do Castelo. O facto de quererem importar um D. Sebastião, contra a vontade dos militantes socialistas e terem medo, de essa votação envolver não só os militantes como o resto da população valenciana que se identificasse, como quando foi António Costa, António José Seguro, os barões, os baronetes, as baronesas, os príncipes, puseram-se à frente da vontade e do querer das pessoas. A sua intervenção foi absolutamente legítima e de pacificação porque esta discussão já teve ampla discussão nos sítios públicos, designadamente na *internet*. Finalizou perguntando ao Sr. Óscar Silva se desmente aquilo que disse. ____

Óscar Silva: Em resposta ao Dr. José António Nogueira disse que tinha que desmentir porque há uma coisa muito clara, essa reunião foi convocada com o carácter extraordinário por incompetência dos órgãos, que na altura, lideravam a Concelhia porque nem sequer conseguiram convocar a reunião com a antecedência necessária para ser uma reunião ordinária. Disse ainda que aquela Ordem de Trabalhos era uma espécie de Ordem de Trabalhos *ala carte*, ou seja, introduziram três ou quatro pontos consecutivos, que conduzia na prática à imposição do Sr. António Dias como candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal, ou seja, se o ponto 2 fosse chumbado, havia o ponto 3, se este fosse chumbado no ponto 4 introduziam uma prática imposição do Sr. António Dias como candidato do PS à Câmara Municipal. Isto foi o que se passou. E aquela reunião terminou porque quem conduziu a Mesa ou, aliás, quem foi instrumentalizado naquela reunião absolutamente de má memória para o Partido Socialista, quem foi instrumentalizado na condução dos trabalhos daquela reunião decidiu colocar fim à mesma quando percebeu, muito claramente, que o ponto da votação do Sr. António Dias como candidato do Partido Socialista iria ser rotundamente chumbado e, portanto, não passaria naquele órgão. Depois andaram a adiar durante 2 ou 3 meses a reunião para conduzir com naturalidade àquilo que era a legítima ambição dos órgãos, dos membros da Comissão Política Concelhia do partido de ter um candidato digno de acordo com aquilo que é o Partido Socialista em Valença e a nível nacional.

Carlos Pereira: Após as saudações protocolares, para agradecer ao senhor Presidente de Câmara as obras que estão, neste momento, a decorrer em Cerdal. Depois de terminada a Ponte da Fervença, estão a ser construídos muros de suporte à estrada, que vai ser alargada até junto à cabine. Agradecer, também, o que foi feito em Gondim, vai proceder-se agora à retirada do paralelo para posteriormente proceder à pavimentação. Este é uma obra repartida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Informou, ainda que, na Freguesia, está a decorrer uma obra de reforço da linha de saneamento no montante de 1.400.000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros) que não seria possível possivelmente sem a existência da AdAM. O saneamento não abrangia nem 10% da freguesia, agora, passará a abranger cerca de 40%. De seguida pediu que tivessem especial atenção com a rede viária da freguesia pois o trânsito subiu drasticamente, gente

que nunca lá põe os pés durante 4 anos, não sabe o que se avizinha, qual paixão de verão pela freguesia, aquilo agora é um corridinho, mas como todas as paixões de verão, chega o mês de outubro e “se te vi, não te conheço”.

Rui Ferreira: Começou por dizer que a sua intervenção era sobre algo importante e que o tem incomodado um pouco, que é sobre o 25 de Abril. Após quase cinquenta anos do 25 de Abril, ainda se fala muito em liberdade, mas o que nos dá liberdade é a democracia e, assim, devia era falar-se de democracia, porque sem esta não existe liberdade, ou então, temos aquelas liberdades que se vêem por aí, como na Síria para se falar da direita ou na Venezuela para se falar da esquerda. Ou como na Coreia do Norte em que “são todos livres”. Quer que nesta Assembleia fique com a consciência que sem democracia não há liberdade.

Estamos numa época na qual estão a aparecer os radicalismos, não interessa se de direita ou de esquerda, os radicalismos não servem a ninguém, todos tentam impor as “suas” liberdades e não as democracias. Parece que, em Portugal, no que se refere ao jornalismo, se está a voltar a velhos hábitos, já começa a andar censurado, ainda há pouco tempo tivemos um exemplo que foi a visita do Primeiro-Ministro a Valença para a inauguração da obra na Escola Básica e Secundária, à qual pouca relevância foi dada, uma obra de mais de 3.000.000€ (três milhões) de euros na qual a participação do Governo foi de 152.000€ (cento e cinquenta e dois mil) euros. Voltando à questão da democracia e da subida do radicalismo disse que a culpa é dos partidos do Governo que têm feito uma triste figura nestes, quase, 50 anos, com desempenhos medíocres, estão-nos a retirar a justiça, a controlar a comunicação social, e se não fosse a União Europeia, provavelmente, já estaríamos numa ditadura, de direita ou de esquerda. Terminou dizendo que a liberdade é garantida pela democracia e por muito mau que os eleitos democraticamente tenham desempenhado o seu papel, a verdade é que vivemos no 20.º país com o melhor nível de vida no mundo, por isso não se deve perder o norte e devemos manter a nossa democracia para assim garantirmos a nossa liberdade.

Francisco Romeu: Após as saudações protocolares disse congratular-se pela inauguração da eletrificação da linha do Minho até Valença e também pela inauguração da escola. Dizer ainda que por vezes, nas suas intervenções, se referia às áreas ajardinadas mas, verifica, agora, que na parte central da cidade, as áreas ajardinadas e rotundas, estão a ficar bonitas com as intervenções que estão a ser feitas. Há, porém ainda muitos sítios que precisavam de ser intervencionados. ___

Paulo Esteves: Começou a sua intervenção por dizer que subscrevia, na íntegra, a intervenção do orador que o antecedeu. Referiu que a sua intervenção se iria centrar na COVID 19 atendendo a que foi levantado o estado de emergência. Disse não invejar o mandato deste Executivo Muni-

cipal, do senhor Presidente de Câmara, porque tem estado a governar, há já dois anos, com esta crise pandémica. É da mais elementar justiça que seja dito e reconhecido que, os membros deste executivo, tiveram um papel absolutamente extraordinário, no apoio social, no seguimento e monitorização dos casos e agora no apoio logístico à vacinação. Foi um grande trabalho coletivo numa altura de grande dificuldade e é bom que as pessoas tenham memória. Hoje estamos a procurar ultrapassar, há uma estratégia concertada de vacinação que está a ser levada a cabo mas durante muito tempo foi uma questão de tentativa e erro. Deixou o seu agradecimento extensivo aos senhores Presidentes de Junta, a todos os profissionais de saúde e, em particular, pelo que disse nesta Assembleia e pelo quanto aprendeu com ele, com as suas intervenções muito sensatas e muito sábias, ao Dr. Álvaro Guimarães Gomes. _____

Jorge Moura: Após as saudações protocolares disse que foi com satisfação que ouviu alguns dos intervenientes e foi também com satisfação que assistiu esta semana a duas inaugurações por parte dos nossos governantes. Independentemente de quem fez congratula-se com o investimento feito. É claro que, tal como foi referido por Francisco Romeu, lamenta que o Estado Central, num investimento de cerca de 3.800.000,00€ (três milhões e oitocentos mil euros) tenha participado sensivelmente com uma fatia de 2%. Saliou o investimento feito na ferrovia, esperando que com este investimento o norte de Portugal e o norte da Galiza, assim como Valença sejam beneficiados. Referindo-se, de seguida, às antigas instalações da Guarda Fiscal perguntou se já foi pensado alguma coisa para a requalificação do espaço. _____

Inês Ferreira: Disse concordar com as intervenções do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura assim como do orador anterior querendo acrescentar algumas coisas. Primeira: relativamente àquilo que foi inaugurado - do troço Nine/Viana do Castelo e eletrificação da Linha do Minho - sabendo que ainda está muito por fazer, parafrazeou alguém que disse que inaugurar uma linha férrea nestas condições era a mesma coisa que inaugurar uma autoestrada sem sinais de trânsito, sem marcação no chão e sem painéis de sinalização porque continua a ter que ser a mão humana que vai fazer o desvio da linha, que tem uma linha única e que vai por telefone dizer ao chefe da estação seguinte que o comboio arrancou. Em relação à inauguração daquela que foi a “sua escola”, o seu local de trabalho durante 40 anos, dizer o seguinte: se a Câmara Municipal de Valença não se tivesse “atravessado” com o montante que adiantou, não havia nenhum empreiteiro que assumisse a obra pelo montante que o Governo Central, através de uma candidatura à União Europeia, disponibilizava. Portanto, aquela escola deve-se à Câmara Municipal que se não se tivesse “atravessado”, não tínhamos a beneficiação da escola sede do agrupamento. Continuou a pugnar pela requalificação dos 3 (três) pavilhões: o Bloco D, o Bloco E e o Bloco F. _____

Presidente da Câmara Municipal: Após as saudações protocolares começou por dizer à Sra. Prof.^a Inês Ferreira, que ficou bem patente na sua alocução na escola que a empreitada estava terminada, mas a obra não estava concluída. Teve o cuidado de dizer que os 3 (três) pavilhões sofreram leves obras de requalificação, que foi a retirada do amianto e a interligação com este espaço novo, para que os alunos e professores, bem como os auxiliares de educação, logo que entrem no corpo da escola, não andem mais ao ar livre, e circulem por dentro de toda a escola. Mas naturalmente que esses 3 (três) pavilhões necessitam urgentemente de uma intervenção de fundo, desde a caixilharia ao aspeto visual exterior porque está bastante degradado, assim como as condições das salas de aula que já não são funcionais. Na sua intervenção, aquando da inauguração da Escola, deixou bem claro que as obras custaram um total de 3.620.000,00€ (três milhões e seiscentos e vinte mil euros), o FEDER participou com 1.729.000€ (um milhão setecentos e vinte e nove mil euros), o Município de Valença com 1.737.000€ (um milhão setecentos e trinta e sete mil euros) e o Estado Português, 152.000,00€ (centos e cinquenta e dois mil euros), o que representa 4% do valor total da obra. Em resposta à intervenção do membro Cláudia Labrujó começou por explicar que em Chamosinhos, no âmbito de uma empreitada que está a decorrer naquele espaço, foram retiradas as mesas, os plátanos, pois já estavam a levantar o piso, foi centralizado, o triângulo de divisória de trânsito e do cruzeiro, que estava em muito mau estado e já se encontrava agarrado por grampos. De tudo só se conseguiu salvar o santo. Presentemente, está a construir-se um cruzeiro novo, totalmente igual ao existente, para ser colocado no mesmo lugar. Referindo-se à rotunda do Senhor dos Esquecidos, disse que se repararem bem existem duas rotundas, uma interna e outra mais externa, desviada entre 1m a 1,5 m, da pequena, espaço que vai ser coberto com cubo desnivelado, que em caso de trânsito de pesados, pode ser pisado, e ao mesmo tempo desincentiva aceleração dos carros ligeiros por estar desnivelada. Nas ruas de acesso à rotunda surgirão passadeiras desniveladas que dificultarão o acesso, com velocidade, à rotunda. A rotunda Acácio Fernandes, junto à Columbófila e ao Sr. Cândido dos Pneus não depende apenas da Câmara Municipal, o projeto elaborado por um engenheiro da, então, Junta Autónoma das Estradas e atualmente IP, Eng. António Cruz, sofreu algumas alterações e, neste momento, está-se à espera da autorização final do IP para a concluir. Apesar de as estradas serem cedidas ao Município qualquer obra realizada nesses troços tem sempre que ter parecer favorável do IP. Quanto ao Jardim Municipal, esclareceu que já começou a recuperação dos bancos públicos, estão a ser retirados, dois a dois e levados para os estaleiros onde estão a ser reparados e pintados. O coreto também será alvo de uma intervenção de requalificação. As valas tapadas com um cubo são uma boa solução, não é uma solução definitiva e se repararem, todas as valas, quer abertas pelas águas, quer pelo gás ou pela eletricidade, quando tapadas com *tout-venant*, com o decorrer do tempo e no assentamento da vala, acabam por criar um desnível.

Com o cubo isso não acontece, a vala é tapada na mesma com *tout-venant*, depois leva o cubo até que haja o assentamento definitivo da vala, o que demora 2 ou 3 meses dependendo da sua profundidade. Logo que a vala esteja devidamente compactada, será retirado o cubo e resposto novamente o asfalto.

Quanto à percentagem de reclamações da água disse que são cada vez menos. Teve conhecimento que, nesta semana, houve duas reclamações devido às contagens dadas por um leitor da empresa, que parece que dava as contagens, geralmente, por defeito o que poderia trazer implicações quer nas faturas, quer à empresa, quer aos consumidores. Quanto ao estaleiro que está colocado no antigo Campo da Feira explicou que, enquanto não estiver terminada a obra do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) este manter-se-á naquele local.

Respondendo à intervenção do membro Luís Amorim disse que, efetivamente, os passeios da obra do Senhor dos Esquecidos ainda não se encontram pavimentados. Aproveitou a oportunidade para responder ao membro Cláudia Labrujó sobre uma questão levantada numa anterior Assembleia Municipal, a qual não sabe precisar, para dizer que os passeios não foram pavimentados com asfalto, mas sim com cimento negro e posteriormente levarão outra coloração. Referindo-se aos Bairros Sociais do Concelho disse que está previsto ser assinado, amanhã, de tarde, um protocolo entre o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e o Município de Valença para obras de requalificação das habitações do 1.º Direito – Programa de apoio ao acesso à habitação. Mas para se aceder a esta candidatura o Município tem que ter os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial e é um passo que se tem que dar agora, regularizar os bairros sociais. Quanto às instalações do antigo posto da Guarda Fiscal em Valença, que se situam junto à estação da CP, logo que foi publicado o diploma que concretizou o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização (Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro), de imediato a Câmara Municipal encetou os procedimentos, tidos por necessários, para a transferência desse imóvel para o Município, de forma a naquele local ser criada uma residência universitária, mas até ao momento, sem sucesso. Informou que, no decorrer desta semana esteve em contacto com o Diretor do Património da REFER, neste momento da IP, no decorrer do qual se falou na cedência ao Município das antigas cocheiras, junto à estação, onde antigamente se fazia a manutenção das máquinas a vapor. O Município tem um projeto preparado para ser candidatado a fundos comunitários para a instalação de um Museu Ferroviário por forma a impedir que saia de Valença a carruagem do rei e a máquina do século passado que se encontram naquelas instalações degradadas da REFER. Quanto ao PDM afirmou que vai avançar e que entrará, no início do próximo mês, na primeira fase de discussão pública. Respondendo ao membro Cláudia Moreira, disse que a aquisição do imóvel em Verdoejo se deveu ao facto de estar num sítio singular para a Fregue-

sia de Verdoejo. Aquele lugar é o centro da Freguesia de Verdoejo e porque os proprietários queriam vendê-lo a Câmara tomou, em boa hora, a decisão de o adquirir estando, neste momento, projetado reconvertê-lo num habitação de emergência.

Dirigindo-se aos Srs. Óscar Silva e José António Nogueira, para apelar a que haja bom senso e camaradagem. Os problemas de cada partido são para se resolvidos na sede de cada partido e não para serem trazidos para este órgão. Continuou dizendo que o 25 de Abril não nos deu a liberdade, deu-nos, acima de tudo, respeito, e muitas vezes as pessoas confundem liberdade com libertinagem. Quando se assiste, no nosso dia-a-dia, à falta de educação de alunos para com os professores, à falta de educação de filhos para com os pais e para com os avós, à falta de respeito perante a autoridade, que não consegue ter autoridade porque alguém lha retirou, não se pode dizer que vivemos num país em liberdade. A liberdade é a humildade e é o respeito, e é o bem-querer pelas outras pessoas, isso é o que entende por liberdade. O que aconteceu na escola, a falta de respeito de alunos para com professores, não foi nem nunca será o espírito de Abril. Lamenta que, passados 47 anos, se esteja, neste órgão, a dizer que o 24 ou o 25 de abril nos veio trazer maior liberdade. É verdade que veio mas temos que ter a consciência que quanta mais liberdade tivermos maior responsabilidade se têm e se não formos capaz de respeitar essa liberdade, podemos, a qualquer momento, perdê-la. Respondendo ao Sr. Carlos Pereira, Presidente da Junta de Cerdal, disse, naturalmente, que as obras que estão a decorrer na freguesia, seriam impensáveis numa única empreitada. A maior empreitada, em termos de saneamento, que o Concelho já realizou, está a ser feita em Cerdal, mas não abrange só esta freguesia, abrange, também, uma parte da freguesia de São Pedro da Torre e vai ficar numa situação, em que no futuro, possa vir a receber o saneamento ou as águas residuais da Silva e Fontoura. Em Chamosinhos será instalada uma elevatória para bombear a água para a ETAR que está a sul do Concelho. Quanto ao trânsito em Cerdal disse que são coisas normais, são fenómenos da natureza, de 4 em 4 anos, acontecem alguns fenómenos, algumas pessoas só visitam as freguesias na véspera das eleições. Quanto ao Sr. Rui Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Fontoura informou que a participação do Governo na requalificação da escola foi de 4%.

Dirigindo-se ao Sr. Paulo Esteves disse que, sem dúvida, este tem sido um período difícil, mas só pode agradecer a todos aqueles que, e alguns estão presentes nesta assembleia, o auxiliaram e sempre disseram que *“estamos ao seu lado, vamos para a frente”*. Com o surgimento da pandemia ficou-se perante uma situação para a qual ninguém estava preparado e não se sabia como agir. Repete, uma vez mais, a disponibilidade mostrada pelo Dr. Álvaro Guimarães Gomes, que incansavelmente, enquanto foi diretor do Centro de Saúde de Valença, diariamente, às 08h00 reuniam para unir esforços e delinear estratégias, o melhor que sabiam e podiam, no combate à pandemia. A vacinação está a correr bem, mas é de lamentar que no dia 7 de janeiro, quando se

previa atingirmos a pior fase da doença COVID-19, um Vereador, pensando que tudo iria desmoronar, renunciou aos seus pelouros, agindo como aquele bombeiro, que na frente de combate de um incêndio, quando o incêndio está mais feroz, mais agressivo, foge e abandona as populações. Foi isso que aconteceu e lamenta esse facto. Quanto à situação do encerramento das fronteiras teve oportunidade de falar, mais em privado, com o senhor Primeiro-Ministro procurou sensibiliza-lo para a situação dos trabalhadores transfronteiriços, referindo, que sempre que a situação pandémica assim o exija concorda e compreende o encerramento das fronteiras, não concorda é com o modo como são encerradas, porque não faz qualquer sentido que uma pessoa devidamente autorizada passe a fronteira para Espanha em um ou dois minutos e depois, no regresso demore duas ou mais horas numa fila de 4 km, com todas as implicações que isso acarreta para os trabalhadores transfronteiriços. Tal como referido pelo senhor Primeiro-Ministro essa situação é causada por “guerrinhas” entre o SEF e a GNR, e a verdade é que a partir do momento que foi extinto o SEF, notou-se, claramente, na fronteira essa “guerrinha. Felizmente, no dia seguinte verificou-se não haver tanta implicação na fronteira. Valeu a pena a sensibilização feita ao senhor Primeiro-Ministro porque muitas das vezes os governantes não tem conhecimento das realidades locais. Também já o disse publicamente que está na hora de reabrir as fronteiras. Por último informou que no dia de amanhã irá receber a sua primeira dose da vacina contra a COVID19, pois estão a ser convocadas as pessoas da sua faixa etária, pois como deixou claro quando foi convocado, para ser vacinado, pelo cargo ocupado, disse: “*Não, eu serei vacinado pela minha idade quando forem os meus colegas da mesma idade*”. _____

Terminadas as interpelações e os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da “Ordem do dia”. _____

I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia, tendo procedido à abertura de inscrições tendo-se inscrito os membros Óscar Silva, Cláudia Labrujó, Cláudia Moreira, Inês Ferreira, José António Nogueira, Elizabete Viana e Aurélia Correia. _____

José Nogueira: Disse que iria deixar algumas considerações telegráficas pois tinha que se ausentar. Assim, em primeiro lugar, caso não pudesse estar no debate dos pontos da Ordem de

Trabalhos, disse que o seu sentido seria votar favoravelmente todos os pontos da Ordem de Trabalhos. Em segundo, uma mentira dita muitas vezes não passa a verdade. Depois, lamentou profundamente que tenham sido trazidos para a sessão assuntos partidários, mas como se compreende, tinha que responder. A sua intervenção foi no sentido de explicar aos valencianos a razão de passar a Independente. Remete para tudo o que foi publicado e ainda dizer que não se meteu nessas “*guerrinhas*” e não se meteu como Presidente da Comissão Federativa de Jurisdição porque achava que sendo líder de um grupo não devia intervir. Os atos ficam com quem os pratica. Mais disse ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a não se meter em questões ou questões partidárias, que tomou boa nota do que disse sobre os Bombeiros, sobre os fogos e sobre as deserções. _____

Cláudia Labrujó: Informou que em frente ao Sr. Cândido dos Pneus, na Estrada Nacional 101, há um buraco bastante grande, no outro dia não arrebentou um pneu e não partiu a cruzeta da direção por muita sorte. É um perigo eminente e não sabe se a Câmara pode fazer alguma intervenção para colmatar o problema. Ainda relativamente à Avenida de Cristelo, perguntou se já foi diligenciada a recolocação dos bancos na Avenida assim como as pingueiras no chão da Fonte da Avenida de Cristelo porque fazem parte integrante daquele património. Quanto ao cruzeiro de Chamosinhos, de acordo com o que lhe foi transmitido por alguns moradores que viram o que se passou durante a obra, o cruzeiro foi literalmente deitado abaixo à marretada. Portanto, provavelmente algumas pedras ficaram danificadas pela forma como foi retirado do local. Se calhar em obras desta índole, futuramente, será conveniente a presença de um fiscal do Município a acompanhar a retirada deste tipo de património. Relativamente à informação escrita solicitou esclarecido sobre o processo judicial n.º 2 e ainda sobre a informação DEF021, quanto aos compromissos plurianuais, que explicasse, de uma forma breve, as três primeiras: a conetividade simétrica de *gateway web* de débito simétrico, assistência técnica e manutenção preventiva, e acompanhamento das PME's. Na informação escrita do DEF022, no que se refere ao apoio às freguesias, que explicasse porque é que na Freguesia de São Pedro da Torre temos “outros apoios financeiros” de 10.195.07 (dez mil cento e noventa e cinco euros e sete cêntimos), além dos 5.000,00€ (cinco mil euros) de outros apoios financeiros, depois vem “encargos com funcionária da Junta de Freguesia de São Pedro” e pergunta porque é que esta Junta de Freguesia tem um apoio para uma funcionária e as outras Juntas de Freguesia não. _____

Cláudia Moreira: Saudar o propósito para o qual foi adquirido o edifício em Verdoejo porque realmente é legítimo e necessário, se calhar até para acolher pessoas, não só da freguesia de Verdoejo mas do Município, em caso de necessidade. A questão que levanta em torno dessa aquisição é a seguinte: na mesma imediação do local onde foi adquirido o edifício existe uma casa,

que foi da propriedade do Município, a denominada casa dos professores, a qual foi vendida, mais ou menos na mesma ocasião, que foi adquirida esta outra. Portanto, o Município tinha, na freguesia, um edifício que poderia ter sido reconstruído e utilizado para o mesmo efeito para o qual este foi adquirido. Portanto, há alguma coisa que fica por esclarecer, isto porque há uma venda de um lado, e num espaço de cerca de 50 (cinquenta) metros uma aquisição. Disse que soava a falsa honestidade o facto de o senhor Presidente da Câmara ter posto em causa o facto de o Governo ter vindo inaugurar uma obra, na qual só investiu 152.000,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros), ou seja, como referiu corresponderá a 4% do orçamento total. Isto porque já em 2012, quando saiu da Escola Básica e Secundária de Valença, estava em cima da mesa a requalificação dessa Escola. E, a altura, por acaso, até era Governo e era Primeiro-Ministro o Dr. Pedro Passos Coelho e foram Governo até 2015, uma maioria do Partido Social Democrata. Portanto, reclamar quanto ao investimento ridículo por parte do Governo Central nesta obra, fazendo de conta que isso só é culpa do atual Governo e que o atual Governo é que esteve mal, soa a falsa honestidade intelectual porque houve outro Governo, de outra maioria, de outra cor partidária, com o qual se pôde negociar um investimento maior e também não foi obtido. _____

Óscar Silva: Sobre a questão interna do Partido Socialista, factos são factos, não se pronunciando mais porque aquilo que é o propósito do Partido Socialista é uma postura ativa na defesa dos interesses dos valencianos neste órgão e é para isso que qui estão. Relativamente ao que está a ser agora debatido, nomeadamente, o investimento na escola, disse que, de facto foi feita uma tentativa de minorizar aquilo que terá sido o empenho, ou não, do Governo nesta requalificação. Falam no investimento direto do Governo de 152.000,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros) mas não falam, ou deixam ficar nas entrelinhas, aquilo que foi o financiamento através do FEDER nessa obra, valor que se cifra em cerca de 1,7 milhões (um ponto sete milhões) de euros. Como se sabe o Fundo de Desenvolvimento Regional é negociado pelo Governo junto das instâncias europeias, seguidamente o Governo negocia com as CCDR's, portanto, há aqui uma influência clara do Governo para obter uma fonte de financiamento que foi imprescindível para a concretização deste projeto que era um anseio antigo de toda a comunidade escolar. Ninguém nega, obviamente, o esforço que o Município também fez neste investimento, mas também não se esteja aqui com a tal falsa honestidade intelectual a fazer de conta que a participação do Governo se ficou simplesmente num investimento direto de 152.000,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros) quando isso não corresponde à verdade. Outra razão apontada é o facto de esta obra no Agrupamento de Escolas de Murallas do Minho já se falar nela, no mínimo, há mais de uma década, período no qual existiram governos de outra cor política e, no entanto, o projeto não se desenvolveu. Outra coisa que sabe, também, é que desde que Tiago Brandão Rodrigues é

Ministro da Educação, como se sabe é originário do Alto Minho, deu-se uma onda de requalificação das escolas um pouco por todo o Alto Minho. Posto isto, disse estarem elucidados sobre a importância que o Partido Socialista teve na requalificação das escolas no distrito. Quanto à linha ferroviária do Minho e do investimento que foi feito, deixou algumas notas. Assim: na linha Valença/ Viana do Castelo, o investimento cifra-se no 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros), um dos maiores investimentos de sempre, com repercussão direta no nosso Concelho. Esta obra vai permitir a aproximação de Valença aos grandes núcleos urbanos, possibilita o acesso ao comboio intercidades, uma redução no tempo de viagens, futuramente haverá a possibilidade de viajar no comboio alfa nesta linha. Conforme referido pela Dra. Inês Ferreira é certo que os sistemas elétricos e de comunicação não estão a funcionar na plenitude, mas segundo as notícias irão entrar em pleno funcionamento no decorrer de 2022. Este foi um investimento fulcral para colocar Valença na centralidade do desenvolvimento da região e na centralidade do desenvolvimento do país. Nenhum outro Governo investiu na ferrovia como o atual. O Ministro das Infraestruturas – Pedro Nuno Santos – tem feito um trabalho, absolutamente, excecional a esse nível. Aliás, prosseguiu, o PSD teve a possibilidade de avançar com esta obra quando era Governo e não o fez sendo o Governo do Partido Socialista que pegou nela e a desenvolveu. _____

Aurélia Correia: Após as saudações protocolares passou a referir-se à situação das empreitadas, mais concretamente, à do cemitério municipal, pois constata pela análise da listagem das empreitadas, que a primeira fase do cemitério já foi concluída, está em elaboração a dos arranjos exteriores e perguntou para quando a construção da casa mortuária da sede do concelho. _____

Elizabete Viana: Dando início à sua intervenção congratulou-se com o arruamento da envolvente do Campo da Feira porque é uma das ruas que a população de Arão mais utiliza e, neste momento, está em mau estado. Sabendo que um dos problemas com este arruamento se prende com a chamada “parcela dez”, perguntou se a situação já se encontra solucionada. _____

Inês Ferreira: Iniciou a sua intervenção referindo que o Governo do Dr. Pedro Passos Coelho – PSD – assumiu, em 2011, um país falido. Em junho desse ano, não havia dinheiro para pagar aos funcionários públicos. Foi o Ministro da altura o Prof. Teixeira dos Santos que se impôs ao Primeiro-Ministro – Eng. José Sócrates – e comunicou ao país que íamos estar sobre a tutela da Tróika com quem, o PS, assinou um protocolo e que o PSD teria de cumprir. Lembremos, também, o exemplo do Bloco de Esquerda negociar com o Partido Socialista a aprovação do Orçamento Geral do Estado tendo, depois, o Partido Socialista feito cativações e gastou o que entendeu. Foi dito pelo grupo parlamentar do Partido Socialista que houve uma tentativa de minorizar o papel do Governo mas, do seu ponto de vista, há é uma tentativa de minorizar o papel da Câ-

mara Municipal de Valença. Era o que mais faltava se o Governo Central não se disponibilizasse a fazer as candidaturas, é o mínimo que se pede. Porém, Câmara Municipal fez mais, porque não se candidatou a nenhum apoio da União Europeia, disponibilizou dinheiro e os membros do Partido Socialista estão a esquecer-se disso. E esqueceu-se, também o senhor Primeiro-Ministro que só falou da pandemia, e esqueceu-se o senhor Ministro da Educação que quando toma decisões em Lisboa, esquece-se da realidade do Alto Minho. Sabe, na primeira pessoa, do que fala em termos de escola. E exemplificou dizendo que há cerca de dois ou três anos o Governo decidiu que os meninos tinham que fazer exame nacional, quem fizesse exame nacional de uma língua estrangeira, tinha que fazer orais numa escola para a qual eram deslocados. Mas o Governo central esqueceu-se que em Valença, Monção, Melgaço, Paredes de Coura e noutras realidades deste país para se deslocar de um território para outro os meninos têm que ir de carro, seja do pai, da mãe ou de outro familiar. A realidade não é do Porto ou Lisboa onde têm vários meios de transporte público à disposição assim como escolas. E quando perguntou em Viana, na sede do agrupamento de exames, quem é que pagava as deslocações dos pais para levarem os meninos de Valença a fazer o exame de Espanhol a Melgaço, responderam que o Ministério não tinha pensado nisso. Isto demonstra a forma como o Ministro da Educação conhece o Alto Minho. Vangloriaram-se, mas foram incapazes, nos discursos, de dar uma palavra ao esforço financeiro do Município. Isto é que é minorizar o papel do Município. Continuou dizendo que tinha sido com prazer que leu, na ata da Câmara Municipal, o louvor da senhora Vereadora Anabela Rodrigues ao papel desempenhado pela Câmara no centro de vacinação da COVID 19. Uma vez mais, o Partido Socialista não teve uma palavra de elogio para com a forma como está a ser gerida a vacinação. Tem conhecimento do esforço, fantástico, que a Câmara está a fazer assim, como também sabe do trabalho singular e eficaz entre o Centro de Saúde e a Câmara Municipal de Valença. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que numa próxima sessão da Assembleia Municipal dissesse quanto custa ao Município aquele centro de vacinação, nomeadamente gostava de saber quanto custa, em termos de refeições, para os profissionais que estão lá a trabalhar. Neste momento aproveitou para deixar um louvor a todos os trabalhadores da Câmara Municipal que estão a fazer um trabalho exemplar na organização da entrada dos munícipes, no apoio, na preocupação, forma carinhosa, terna e eficaz com que tratam aqueles que vão lá com alguma angústia, ansiedade, preocupação, alguns com medo, mas que têm sempre uma palavra para com eles. O mesmo para os elementos da Proteção Civil quando na zona do recobro vão falando com as pessoas e vão descansando quem naquela altura está com alguma ansiedade própria de quem vai tomar uma vacina para a qual ainda há muitas dúvidas.

Presidente da Câmara Municipal: Começando por responder à Sra. Cláudia Labrujó em relação ao buraco na estrada nacional 101 disse que a manutenção dessa estrada é da responsabilidade do I.P., não obstante muitas das vezes o Município, por uma questão de segurança dos utentes e de forma a minimizar o estrago, acaba por fazer reparações. Em relação à Avenida de Cristelo disse que, se reparar, existe um banco com quase duzentos metros que vai desde a Rotunda da Trapicheira até ao cimo da Avenida. As pessoas podem sentar-se, perfeitamente, naquele muro de suporte que tem um capeado precisamente para esse fim. Seria incongruente colocar os bancos existentes ao lado da fonte pois quando as pessoas se sentassem, ficariam com os pés em cima da ecopista, sujeitos a ser pisados por uma bicicleta que viesse por ali abaixo na ecovia. Portanto, acha que o banco, existente, é mais que suficiente. O processo número dois, tal como já respondeu na sessão de fevereiro é um processo que as Águas do Noroeste, S.A., interpôs contra o Município de Valença alegando que o Município não pagou alguns projetos. O Município não pagou porque não foram executados. O processo está no TAF de Braga aguardando marcação de audiência prévia. O processo número um tem audiência marcada para o dia 30 de abril, no Tribunal Administrativo de Braga. O processo refere-se à queda de uma árvore, na freguesia de Verdoejo para a Nacional provocando um acidente com um carro. Referiu, ainda que a árvore não estava em propriedade do Município nem a estrada paralela à Nacional 101 é do Município, é do IP, Estradas de Portugal. Na altura, quando foi feita a reconversão da estrada Valença-Monção, foram feitas duas passagens desniveladas por baixo da Estrada Nacional 101, para dar serventia ao emparcelamento, foram expropriados os terrenos a sul da Estrada Nacional. No local existem placas e marcos bem identificativos que como são propriedade do Estado.

Quanto ao apoio à Freguesia de São Pedro da Torre, esta não recebe mais que as outras Freguesias, recebe exatamente o mesmo. Tal como refere na alínea c), é o apoio com os encargos de uma funcionária do Jardim de Infância de São Pedro da Torre. A funcionária não é do Município, mas está sob as ordens e orientação da Junta de Freguesia e, como a Educação é uma área da responsabilidade do Município, transfere-se, mensalmente, uma verba correspondente, ao salário e encargos, nomeadamente com a segurança social.

Em resposta à intervenção de Cláudia Moreira disse que o edifício da casa da professora foi vendido pelo Município mas essa não foi a razão de o Município ter adquirido outro ao lado.

Dirigindo-se a Óscar Silva disse que os fundos comunitários vêm através do Governo e são distribuídos através das CIM. Os dez Presidentes de Câmara, que constituem a CIM do Alto Minho, reúnem quinzenalmente, em Ponte de Lima, na Villa Moraes, para debaterem, entre outras coisas, a distribuição dos fundos comunitários pelos Municípios. Essa repartição tem que ser aprovada por unanimidade. No entanto, o Município, através de fundos próprios de tesouraria,

teve capacidade de investir quase 1.800.000€ (um milhão e oitocentos mil euros) numa escola pois como sempre disse todo o dinheiro investido na Educação não é uma despesa, é um investimento. Ao longo deste mandato foram feitos dois grandes investimentos em Valença, e ambos ligados à Educação: a Escola Superior, foi, sem sombra de dúvida, o maior investimento realizados em Valença, o segundo é o da requalificação da escola. Afirmou que para a distribuição dos fundos comunitários não é preciso nenhum especialista, já que os Presidentes de Câmara sabem o que querem e em sede própria, que é na CIM, sabem aproveitá-los e não devolvê-los. Essa é a razão por que existem projetos em carteira, com maturidade, para acederem aos fundos quando existem candidaturas. O que os Municípios fazem é avançar com obras com fundos próprios e quando abrem as candidaturas, submetem-nos. É assim que se trabalha com os fundos comunitários, não há outra hipótese. Claro que seria preferível que os fundos viessem para cada Município e que cada um soubesse exatamente as necessidades prementes na aplicação desses fundos e depois, existir uma firme e rigorosa fiscalização à aplicação desses fundos comunitários.

Em resposta às questões colocados pelo membro Aurélia Correia quanto ao cemitério municipal confirmou que a primeira fase já está concluída, a segunda fase, na qual se inclui a casa mortuária, está, neste momento, a ser objeto de remodelação do projeto e possivelmente a localização da casa mortuária já não ficará dentro do espaço do cemitério, mas sim no terreno adjacente onde funcionava antigamente os estaleiros municipais. Do seu ponto de vista, é o espaço mais adequado em termos de localização e até em termos de estacionamento.

Dirigindo-se a Elizabete Viana, confirmou ser a “parcela dez” a qual, na altura, o Município adquiriu a dezanove herdeiros. Alguns meses, após, a realização da escritura de compra e venda apareceram mais dois herdeiros. E o caricato é que desses dois herdeiros, um, entretanto, faleceu e deixou dois herdeiros. Disse esperar que esta situação se resolve rapidamente, mas, mesmo que assim não seja, isso não vai impedir o Município de fazer as obras de requalificação no Campo da Feira. A requalificação vai passar por fazer novas infraestruturas para a água e saneamento porque, no local, existe um *bypass* que transporta as águas quando são muitas, isto porque, ainda existe muito saneamento ligado às águas pluviais. Esse é um problema existente na rua que vai do viaduto para a Freguesia de Arão e que, se espera, que com as obras fique resolvido.

A obra de requalificação contemplará arruamento novo, iluminação nova, passeios novos, condutas novas, uma perfuração por baixo da linha do caminho-de-ferro para colocar uma conduta nova para as águas pluviais. No interior do Campo da Feira irá alterar-se o piso pois, tal como já se anda a discutir há vários anos, a calçada à portuguesa existente, não é o piso mais adequado, causando inúmeros problemas, quer aos feirantes, quer às pessoas que vão à feira.

Respondendo à intervenção de Inês Ferreira, disse que, também, ficou admirado com a intervenção do Ministro da Educação porque não ouviu uma palavra dirigida aos professores, ignorou,

redondamente, o esforço que os professores fizeram ao longo desta pandemia, que estiveram em casa a dar aulas à distância, com equipamentos seus, gastando a luz, muitas vezes a *internet*, nem uma palavra de agradecimento para os professores. Não ouviu, também, nenhuma palavra dirigida aos alunos nem aos auxiliares de educação. Quanto ao custo do centro de vacinação explicou que não existem, ainda, números concretos, no entanto, desde o aluguer das boxes onde estão as enfermeiras a aplicar a vacina, os médicos a fazer a triagem aos utentes que vão ser vacinados, o transporte das pessoas que têm dificuldade em se deslocar ao centro de vacinação assim como o almoço fornecido em regime de *takeaway* pelo Município a todos os profissionais de saúde, auxiliares e a todas as pessoas que estão a trabalhar no centro de vacinação. A alimentação é adquirida, cada semana, em um restaurante diferente do Concelho, que fornece comida em regime de *takeaway*. Além disso, o Município, no final da vacinação dá a todos os munícipes um pacote constituído por uma máscara FFP2, com o símbolo do Município, um pacote de bolachas e uma garrafa de água.

SEGUNDA VOLTA

Cláudia Labrujó: Disse que o Senhor Presidente de Câmara, com o que disse em relação à Avenida Cristelo foi o mesmo que dizer que a determinado objeto lhe cortou dois braços e dois pés isto porque uma fonte, para estar no sítio onde está, datada com a data que tem (1867), é porque tinha alguma função para ali estar, não era só, meramente, decorativa. O senhor Presidente ao dizer que tem não sei quanta extensão para as pessoas se sentarem, sabe muito bem para que serviam os bancos numa fonte assim como para que é que serviam as pingueiras da forma como estavam. Aquela fonte é parte do património local e, com tantos, percalços que a obra teve, não custava nada fazer uma inclinação na ecovia e voltar a recolocar o que lá estava. Está a falar-se de história, que se mantenha a memória e que não haja atropelos, porque hoje foram dois bancos e as pingueiras, amanhã, pergunta, o que é que vai ser. Quanto ao processo número dois julga que o senhor Presidente respondeu que o Município não vai pagar nem um cêntimo. A verdade é que tinha a ideia que com a adesão às Águas do Alto Minho este processo seria suprimido. Se não lhe falha a memória numa das Assembleias Municipais realizadas, aquando da adesão, dizia-se que este processo iria ser retirado dos processos judiciais porque a AdAM iria “perdoar” esta verba mas, afinal, ao fim de dois anos, ainda continua o processo a aparecer na listagem dos processos judiciais pendentes. Outra coisa que lhes está a meter muita confusão, é que aqui está a haver aquilo que alguns políticos apelidam de “jogo político”. Quando foi eleita para a Assembleia Municipal não foi para andar a jogar com o PSD, com o PS, com o CDS ou com qualquer outro partido ou com as suas pessoas. Está neste órgão porque gosta do que estão a fazer e estão a representar bem e honestamente as pessoas que os elegeram e não para virem,

para este órgão, dizer que não sabem porque veio a Valença o Primeiro-Ministro ou o Ministro da Educação porque não falou nos alunos, nos professores ou nos auxiliares. Se bem se recorda o Ministro da Educação dirigiu-se a todas essas pessoas quando referiu “no nome de todas estas pessoas”. De uma forma muito geral, é certo, mas tocou. Outra coisa que referiu foi que na inauguração, foi o único momento em que os membros da Assembleia Municipal não foram convidados para a parte da manhã. E, após a apresentação do projeto, quando foi para se ir conhecer as instalações, uma parte foi, efetivamente, conhecê-las mas outra parte “*vá ali para a sala*”. Se soubesse que não ia conhecer as instalações não tinha aparecido. Todos deviam ter ido conhecer as instalações da escola, faziam grupos e iam. Visto isto, solicitou ao senhor diretor da escola que mandasse um convite a esta Assembleia a convidar os membros que não tiveram oportunidade de conhecer o resto das instalações, para noutro momento fazerem a visita.

Outra situação que detetou prende-se com o protocolo e como a forma que foi organizada a sala, isto porque, apesar de estar apenas o número de pessoas permitido por lei neste contexto de pandemia, deveriam ter disposto as cadeiras de outra forma para não estarem a olhar para a parte de trás dos *cameramen*. Por último, em relação ao Balcão de Apoio ao Múncipe perguntou se os funcionários que estão a dar apoio aos cidadãos já trabalhavam no serviço de águas. _____

Óscar Silva: Relativamente aos elogios que a senhora Vereadora Anabela Rodrigues fez na reunião de Câmara ao centro de vacinação rápida disse que subscrevem totalmente e que fique registado o apreço sobre a forma como está a decorrer a vacinação no nosso Concelho. Aliás, na intervenção que a deputada Inês Ferreira fez, referiu um conjunto de instituições, neste caso o Município, os profissionais de saúde, os funcionários municipais, mas esqueceu o papel que as Juntas de Freguesia também estão a ter, nomeadamente, no que se refere à localização dos idosos, e em especial quando há necessidades de os transportar e o Município não o consegue fazer. Portanto, todas estas entidades merecem uma palavra de apreço pela forma como está a decorrer a campanha de vacinação no nosso Concelho. Quanto ao esforço do Município na obra do Agrupamento de Escolas Muraldas do Minho, disse na sua intervenção, que reconhecia o esforço do Município naquela obra. Aquilo que não aceita é que tentem minorizar o papel do Governo porque os fundos são negociados com a Comissão Europeia e, depois, obviamente, que as CIM's têm o papel de distribuir esse dinheiro localmente. Mas também, disse, não poder deixar passar aquilo que foram as comemorações do 25 de Abril no nosso Município porque, considera, que uma vez mais não existiu a dignidade que tão importante data merece. Chegou-se ao cúmulo de içar as bandeiras sem um momento musical sequer, foi ele que colocou a música de Zeca Afonso, “Grândola Vila Morena” a tocar no telemóvel. Poderia ter-se feito uma sessão solene, como praticamente todos os Municípios no distrito fizeram, cumprindo naturalmente as

normas da DGS, porque o Município tem infraestruturas e locais onde se poderia ter realizado a sessão solene assim como existem associações e coletividades importantes na área musical, como seja a Academia de Música da Fortaleza de Valença ou o Coral Polifónico São Teotónio que poderiam, perfeitamente, ter-nos presenteado com um momento musical que dignificasse estas celebrações. Mas isto é de certa forma aquilo que é o reflexo do desnorre que o Executivo Municipal, liderado pelo PSD, revelou nos últimos doze anos naquilo que à cultura respeita. Para terminar disse que o atual executivo não conseguiu idealizar nem projetar uma agenda cultural de referência que projete Valença a nível nacional e internacional. Mas, justiça seja feita, o senhor Presidente não é o único responsável por esta política cultural avulsa a que temos vindo a assistir, desprovida de estratégia, sem sucesso, naquilo que é a projeção turística que se pretende para Valença. Há nomes e apelidos que são claramente associados ao fracasso da agenda cultural do nosso Município e não pode deixar de dizê-lo, nomeadamente o senhor Vereador José Monte, que agora não tem o pelouro da cultura, mas que desempenhou essas funções durante onze anos, que por muito que tente escapar entre os pingos da chuva e fazer de conta que não participou naquilo que foi Valença nos últimos doze anos, ele teve o pelouro da cultura e desempenhou as funções de Vereador durante onze anos, portanto, não pode fazer de conta que não esteve aqui e que é uma lufada de ar fresco para Valença. _____

Inês Ferreira: Disse que é com satisfação que, em relação à questão da COVID 19, assinala o facto de o PS ter reconhecido o papel da Câmara Municipal de Valença e dizer que subscreve a posição da senhora Vereadora Anabela Rodrigues. De seguida desculpou-se junto dos senhores presidentes de junta pelo facto de anteriormente não ter mencionado o seu empenho, pois já várias vezes testemunhou esse empenho no centro de vacinação. Em relação à questão dos fundos estruturais, e considerando que foi professora durante muitos anos, tem que dizer o seguinte: a Comissão Europeia não é um órgão deliberativo, é um órgão executivo. Os órgãos deliberativos são o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da União Europeia. A Comissão executa aquilo que eles decidem e é guardiã dos tratados da União Europeia. Com isto quer dizer que não é na Comissão que se trata a questão dos fundos estruturais. E quando referiu que o PS minorizava a questão do trabalho ou do esforço financeiro do Município, é porque nas redes sociais faz a apologia da candidatura do Governo à União Europeia para financiamento das obras da escola e não fala em momento nenhum na questão do Município. Relembrou que as obras da escola se iriam iniciar quando era Primeiro-Ministro o Eng^o. José Sócrates, com a empresa Parque Escolar. Obras que não se realizaram e, continua a dizer que só se fizeram porque a Câmara Municipal de Valença se atravessou, senão nenhum empreiteiro segurava aquela obra pelo montante que a União Europeia comparticipava. Supõe que as comemorações do 25 de Abril não foi uma sessão, como acontecia há alguns anos atrás, contra o pagamento de

uma senha a quem participava na sessão se ouviam os discursos uns dos outros. Aliás, a população de Valença nunca aderiu. Por acaso, lembrou ao Sr. Óscar Silva que, foi ela, que sugeriu que se pusesse música. Por último disse que o apoio que as associações tiveram, nos últimos anos, por parte da Câmara Municipal foi excepcional, coisa que não acontecia no tempo em era Presidente da Câmara o Dr. José Luís Serra em que havia discriminação negativa relativamente às associações e a associação que preside, neste momento, foi uma delas. _____

Presidente da Câmara Municipal: O processo número dois na listagem dos processos judiciais pendentes não um conflito entre a Câmara Municipal e a AdAM, mas sim entre a Câmara Municipal e as Águas do Noroeste, S.A. é um processo respeitante a uns projetos que as Águas do Noroeste, S.A. executaram para a Câmara Municipal e que não foram levados a termo e, como tal, a Câmara entende que não os deve pagar. Os convites para a cerimónia da parte da manhã foram da responsabilidade do I.P. e foram enviados apenas para os Presidentes de Câmara. Em relação ao que ocorreu aquando da visita às instalações da escola, prendeu-se com questões de segurança ligadas à presença do Primeiro-Ministro e do Ministro da Educação. Só há um determinado número de pessoas autorizadas a acompanhar o Primeiro-Ministro, assim como aconteceu quando visitaram uma sala de aula, específica e minuciosamente escolhida para o senhor Ministro da Educação, só foi permitido ir o senhor Primeiro-Ministro, o Ministro da Educação, o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia, a Senhora Vereadora e dois *cameramen*. No Balcão do Apoio estão apenas funcionários tal como disse no dia da Assembleia Municipal, quando entrou em funcionamento o balcão de apoio, foi dito que era para elucidar e esclarecer acerca das faturas da AdAM. Em relação ao dia 25 de abril disse que é do “antes” e do “depois”, tal como muito dos presentes na sala e o que se passava nas comemorações desse dia no Município, era que a Assembleia Municipal reunia, usavam da palavra os líderes municipais e recebiam uma senha de presença. Seguidamente, colocavam uma coroa de flores, não na Câmara Municipal, mas na Rua 25 de Abril. Em resposta à Sra. Inês Ferreira disse que esta sabe muito bem que o projeto da escola era um projeto mais ambicioso, mais envolvente mas que por força dos fundos comunitários, das candidaturas, do esforço financeiro e porque não tinham o apoio que deveriam ter da parte do Governo, o projeto foi encurtado para caber no projeto de financiamento. Foi a concurso duas vezes e das ficou deserto, só à terceira vez é que houve um único concorrente – Festa & Festa, S.A. – que depois levou a empreitada até ao fim. _____

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para almoço às 13h10 sendo retomada às 15h15.

PONTO 2º - DESCENTRALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL – NÃO ACEITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS PARA O ANO 2021

Presidente da Assembleia Municipal: Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho os Membros Ana Tomé e Jorge Moura. _____

Ana Tomé: Para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a não-aceitação das transferências para o ano 2021 relativamente ao SAAS (Serviço de atendimento e acompanhamento social) e ao RSI (Rendimento Social de Inserção) . Acrescentou que vão votar no sentido de voto que foi feito em 17 de dezembro, contudo, está a terminar o prazo para se andar a adiar a receção desta competência, porque a partir de 2022, quer se queira quer não, ela vai efetivar-se. E, portanto, convém que o Executivo se vá preparando até porque são matérias importantes. É neste sentido que vão votar favoravelmente. _____

Jorge Moura: Para dizer que, também, no seguimento da decisão tomada em dezembro de 2020, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente a não aceitação da delegação de competências. _____

Presidente da Câmara Municipal: começou por dizer que esta deliberação nada mais é do que reforçar o que foi deliberado na sessão de dezembro de 2020. Quanto ao mapa de transferência enviado pelo Gabinete da Secretária de Estado e Ação Social em cumprimento do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto disse que as verbas que dele constam são um presente envenenado, tal como foi o da transferência do pessoal não docente das escolas. Esta competência é já desenvolvida em várias frentes, quer pela Câmara Municipal, quer pelas instituições de solidariedade social do Município, quer pela Segurança Social. Terá que haver o máximo de cuidado, em 2022, quando estas competências vierem para o Município. Isso irá implicar uma reestruturação dos serviços por forma a conseguir-se cobrir toda a área territorial do Concelho. Aproveitou para deixar um agradecimento aos senhores Presidentes de Junta pelo contributo na sinalização de situações, porque realmente são eles que no terreno quem melhor conhecem as pessoas e as dificuldades que passam e que muitas vezes não são aquelas que pedem as que mais necessitam, mas sim, as aquelas que não pedem, por vergonha, e são essas que realmente necessitam e é em relação a essas situações que devemos estar atentos. _____

Os membros intervenientes prescindiram do exercício da réplica. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 22 (vinte e dois) Membros, o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

PONTO 3º PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2021

PONTO 4º PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO JÚRI PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE CARGOS DE DIREÇÃO DE 3.º GRAU

Presidente da Assembleia Municipal: Explicou que, em sede de Comissão Permanente, foi decidido que o ponto três e quatro da Ordem do Dia fossem discutido em conjunto mas votados separadamente. Antes de abrir as inscrições para as intervenções solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse um breve enquadramento dos pontos em discussão. _____

Presidente da Câmara Municipal: Começou por explicar que a alteração ao ponto n.º 3 se resumia a duas situações: uma verifica-se que no mapa de pessoal aprovado para o corrente ano, na Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais se encontram previstos e não ocupados 9 (nove) lugares para assistente operacional para contrato a termo indeterminado. O que se pretende é que 5 (cinco) desses postos de trabalho passem para contratos a termo certo. Isto porque, devido a aposentações e baixas prolongadas o setor do ambiente e espaços verdes está com falta de efetivos e urge suprir essa falta, daí que seja, mais rápido recorrer-se ao concurso para contrato a termo. A outra alteração que se propõe é a criação de unidade orgânica de 3.º Grau – Fiscalização integrada na Divisão de Urbanismo e Planeamento.

Quanto ao ponto n.º 4 explicou que é intenção da Câmara Municipal proceder à abertura de procedimentos concursais com vista ao recrutamento de 3 (três) dirigentes intermédio de 3.º grau e para isso, nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. E é isso que se trás aqui hoje a proposta com a designação dos membros que comporão o júri dos procedimentos. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Inscreveu-se nestes pontos da ordem de trabalhos o Membro Cláudia Moreira. _____

Cláudia Moreira: A sua intervenção foi para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente os pontos números três e quatro. Embora não se enquadre nos pontos

em discussão solicitou permissão ao senhor presidente da mesa para lhe permitir felicitar os dois jovens, Alexandre Freitas, clarinete, e Fabiana Vaz, violetista, que tiveram oportunidade de brindar o senhor Primeiro-Ministro e os demais assistentes com um momento musical. É sempre bom ter a oportunidade de felicitar os nossos jovens. Estes são estudantes do Agrupamento de Escolas de Valença e membros da Academia Musical de Valença, e, deixar nota, que mais uma vez é a prova que Valença e o Alto Minho têm potencial de qualidade. _____

**PONTO 3º PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO
2021**

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 22 (vinte e dois) Membros, obteve-se o seguinte resultado: uma abstenção do membro Cláudia Moreira e vinte e um votos a favor. O ponto em discussão foi aprovado por maioria. _____

**PONTO 4º PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO JÚRI PARA OS PROCEDIMENTOS
CONCURSAIS DE CARGOS DE DIREÇÃO DE 3.º GRAU**

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 22 (vinte e dois) Membros o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Dizer que a agenda de trabalhos está concluída. _____

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 22 (vinte e dois) Membros aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram dezasseis horas. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por trinta e quatro páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Chefe da Divisão Administrativa Geral que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal A Chefe da Divisão Administrativa Geral,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
Paula Mateus	Alberto Luís de Oliveira Vilas